

ALINE REGINA DAS NEVES  
& EDUARDO CAMBI

**INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE**

**DEMANDAS REPETITIVAS**

compreensão crítica





<b>Belo Horizonte</b>	<b>São Paulo</b>
Av. Brasil, 1843,	Av. Paulista, 2444,
Savassi, Belo Horizonte, MG	8º andar, cj 82
Tel.: 31 3261 2801	Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 30140-007	CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2020, D'Plácido Editora.  
Copyright © 2020, Aline Regina das Neves.  
Copyright © 2020, Eduardo Cambi.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,  
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

<i>Editor Chefe</i>	<b>Plácido Arraes</b>
<i>Editor</i>	<b>Tales Leon de Marco</b>
<i>Produtora Editorial</i>	<b>Bárbara Rodrigues</b>
<i>Capa, projeto gráfico</i>	<b>Nathália Torres</b>
<i>Diagramação</i>	<b>Nathalia Torres</b>

Catálogo na Publicação (CIP) 1186 784

N518 Neves, Aline Regina das  
Incidente de resolução de demandas repetitivas : compreensão crítica / Aline Regina das  
Neves, Eduardo Cambi. - 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2020.  
322 p.

ISBN 978-65-5589-118-8

1. Direito. 2. Direito Processual Civil. I. Cambi, Eduardo, 1974-. II. Título.

CDD: 341.46

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

# Sumário

Lista de figuras	15
Lista de tabelas	17
Lista de siglas e abreviaturas	19
Prefácio	23
1. Introdução	27
2. Atividade jurisdicional	33
2.1. Humanidade e conflito	33
2.2. Jurisdição: usual método de solução de conflitos	35
2.3. Poder Judiciário e falhas operacionais	39
2.3.1. Congestionamento processual	42
2.3.1.1. Explosão de litigiosidade	42
2.3.1.2. Panorama numérico do Poder Judiciário	49
2.3.1.3. Demandas seriadas	52
2.3.1.4. Relação entre litigância habitual e demandas seriadas	62
2.3.2. Unidade do direito e segurança jurídica: o problema da jurisprudência lotérica...	66
2.3.2.1. Princípio da igualdade	71
2.3.2.2. Jurisprudência como fonte do Direito..	75
2.3.2.3. Divergência jurisprudencial...	80

<b>3. Incidente de resolução de demandas repetitivas</b>	<b>89</b>
3.1. A tragédia do judiciário?	89
3.2. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: Aspectos Elementares	93
3.2.1. Aspectos Processuais	100
3.2.1.1. Requisitos para a instauração	100
3.2.1.2. Legitimidade para a instauração	103
3.2.1.3. Competência para o julgamento	105
3.2.1.4. Suspensão dos processos	112
3.2.1.5. Instrução	118
3.2.1.6. Julgamento e decisão	119
3.2.1.7. Publicidade	123
3.2.2. Antecedentes Históricos	124
3.2.2.1. Direito Comparado	125
3.2.2.1.1. Alemanha	125
3.2.2.1.2. Portugal	129
3.2.2.1.3. Inglaterra	132
3.2.2.2. Direito Pátrio	135
3.2.2.2.1. Súmula Vinculante	135
3.2.2.2.2. Repercussão Geral	137
3.2.2.2.3. Recursos Repetitivos	140
3.2.2.2.4. Incidente de Uniformização de Jurisprudência	142
3.2.3. IRDR e Precedentes	143
3.3. Análise da Constitucionalidade do IRDR	148
3.3.1. Efeitos Vinculantes e Previsão Constitucional	148
3.3.2. Violação à Independência Funcional	150
3.3.3. Violação ao Contraditório	155
3.3.4. Vinculação dos Juizados Especiais	159
3.3.5. Inconstitucionalidade Formal	164
3.3.6. Fixação de Competência	165
3.4. Análise das Incongruências do IRDR	166
3.4.1. IRDR e Discricionariedade	167
3.4.2. Maturação dos Debates	174
3.4.3. Prazo Prescricional das Ações	178
3.4.4. Dificuldades para a Revisão da Tese	180
3.4.5. Cisão entre Questões de Fato e de Direito	182

<b>4. Radiografia dos incidentes de resolução de demandas repetitivas</b>	<b>187</b>
4.1. Pesquisa empírica e análise exploratório-descritiva	187
4.2. Radiografia numérica	189
4.2.1. Julgamento seriado e otimização de recursos	191
4.2.2. Tempo de Tramitação	194
4.2.3. Alcance do IRDR e Combate à Litigância Repetitiva	209
4.3. Radiografia Argumentativa	216
4.3.1. Decisão Judicial	218
4.3.1.1. Breves considerações sobre decisão judicial	218
4.3.1.2. Decisão judicial e discricionariedade	223
4.3.1.3. Decisão judicial e argumentação	225
4.3.1.4. Decisão judicial e o ordenamento pátrio	228
4.3.2. Análise exploratório-descritiva	237
4.3.2.1. Fundamentação e grau de argumentação	238
4.3.2.2. <i>Pseudo</i> fundamentação	244
4.3.2.3. Discricionariedade	249
4.3.2.4. Menção a ementas	251
4.4. Impactos do IRDR no Cenário Jurídico	254
4.4.1. Estandarização do Direito	255
4.4.2. Acesso à Justiça	260
4.4.3. Releitura dos Papéis dos Partícipes Processuais	263
4.4.4. Releitura do Papel do(s) Julgador(es)	265
<b>Conclusão</b>	<b>271</b>
<b>Referências</b>	<b>279</b>
<b>Apêndices</b>	<b>299</b>
Apêndice A – Sistematização da análise exploratório-descritiva	299
Apêndice B – Tempo de Tramitação dos IRDRs no TRF4	301
Apêndice C – Tempo de Tramitação dos IRDRs no TRT9	302
Apêndice D – Tempo de Tramitação dos IRDRs no TRT12	302
Apêndice E – Tempo de Tramitação dos IRDRs no TRT4	303
Apêndice F – Tempo de Tramitação dos IRDRs no TJSP	303
Apêndice G – Tempo de Tramitação dos IRDRs no TJPR	305

Apêndice H Proposta de Alteração Legislativa	... 307
Apêndice I Relação de Processos Analisados na Pesquisa Empírica ...	... 312
<b>Anexo: quadro comparativo entre projetos do CPC/15</b>	<b>317</b>